



Dr. Manoel Monteiro

Governador Civil do Districto de Braga

MANUEL MONTEIRO

OU A REPUBLICA INVIÁVEL

Victor de Sá

UNIVERSIDADE DO MINHO

BIBLIOTECA PUBLICA DE BRAGA



E)
2. Monteiro, Manuel
SA

1º CENTENÁRIO DO NASCIMENTO DE
MANUEL MONTEIRO (1879-1979)

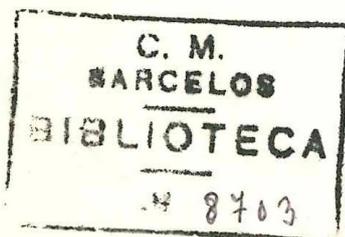
C.M.B.
Biblioteca

VICTOR DE SÁ

MANUEL MONTEIRO,
OU
A REPÚBLICA INVIÁVEL

Conferência proferida no Salão Medieval da U.M.
em 16.VI.1980

Apresentação de Henrique M. Barreto Nunes



Boralioue Perm.

ALGUMAS PALAVRAS SOBRE O DOUTOR VICTOR DE SÁ

Com esta conferência, a Universidade do Minho e a Biblioteca Pública de Braga dão início às comemorações do 1º Centenário do Nascimento do Dr. Manuel Monteiro, bracarense ilustre que, como homem público, jurista, etnógrafo, historiador e crítico de arte, marcou fortemente a vida política e cultural portuguesa na primeira metade deste século⁽¹⁾.

Como é sabido, a livraria particular de Manuel Monteiro que, além de cerca de 4000 livros e revistas, inclui centenas de páginas manuscritas e um bom arquivo fotográfico, parte do qual herdado de Rocha Peixoto, é pertença da Biblioteca Pública de Braga desde 1956, o que constituiu um forte argumento para incluir no seu plano de actividades a comemoração deste centenário.

As morosas, mas extremamente úteis e necessárias obras de conservação e restauro que a Universidade do Minho está a realizar neste magnífico edifício provocaram um certo atraso no início das actividades programadas em homenagem a Manuel Monteiro.

Na verdade, para além desta conferência, está prevista a realização de uma exposição sobre a vida e obra de Manuel Monteiro, organizada pelo Museu da Casa Nogueira da Silva que será inaugurada em 29 de Setembro (data do seu nascimento) e a publicação da sua bibliografia, acompanhada de alguns dados biográficos, trabalho já concluído e pronto para ser impresso. Igualmente concluída está a catalogação dos cerca de quatro mil volumes que constituem a sua livraria, tarefa realizada pela reduzida mas eficiente secção de catalogação da BPB e cujo catálogo se espera possa brevemente vir a ser publicado.

(1) — Sobre a vida e obra de M. Monteiro ver NUNES, Henrique M. Barreto Nunes — *Manuel Monteiro: bio-bibliografia*. Braga, Universidade do Minho, 1980 (no prelo)

Seria ousadia da minha parte tentar apresentar, aqui em Braga, o Doutor Victor de Sá. Como intelectual e como cidadão, o seu nome e a sua personalidade são bem conhecidos e dispensariam certamente as palavras de circunstância que é costume dizer nestas ocasiões.

No entanto, elas devem ser ditas quando traduzem admiração verdadeira, como é o caso. Admiração pelo cidadão corajoso e interveniente que sempre foi. Admiração pelo intelectual e historiador, que se alicerçou, p. ex., quando li "A Crise do Liberalismo" e comecei a compreender algumas das linhas de força do nosso século XIX.

Mas, para começar, há uma faceta da actividade do Doutor Victor de Sá, hoje talvez um pouco esquecida, que acho oportuno recordar neste local.

Desde muito jovem se preocupou com o problema da divulgação da cultura entre aqueles que tinham dificuldades de a disfrutar, o que nessa época (início dos anos 40) se realizava essencialmente através do livro.

Para fazer circular o livro entre os menos favorecidos, concebeu e montou em Braga a Biblioteca Móvel, — sistema de leituras facilitadas para utilização em qualquer ponto do país — que durante oito anos desenvolveu meritória e utilíssima acção⁽²⁾.

Porém, como todas as iniciativas culturais que escapavam ao controle dos "grandes inquisidores" de então, a Biblioteca Móvel teve que cessar a sua actividade e privar milhares de leitores do acesso a livros que não tinham possibilidade de adquirir. Espere-mos que um dia o Doutor Victor de Sá nos queira recordar essa aventura, para mim fascinante, de levar o livro de casa em casa.

Dentro da mesma ideia de combater o imobilismo e o obscurantismo cultural, publica em 1956 uma obra intitulada "As bibliotecas, o público e a cultura", resultado de um inquérito que teve como objectivo o livro, a leitura e os leitores, sobretudo em função das bibliotecas bracarenses, mas com uma dimensão nacional⁽³⁾.

(2) — SÁ, Victor de — *O que foi a biblioteca móvel*. Braga, Ed. do A., 1954

(3) — SÁ, Victor de — *As bibliotecas, o público e a cultura: um inquérito necessário*. Braga, Livraria Victor, 1956

Trabalho original e denunciador, dá-nos o retrato cultural de uma época, sendo uma obra essencial para a realização de qualquer estudo sobre a sociologia da leitura em Portugal. Infelizmente, muitas das revelações e conclusões trazidas por esse inquérito ainda têm hoje verdadeira actualidade, pese todas as transformações porque passou a sociedade portuguesa.

Mas, para além destas íntimas relações entre Victor de Sá, os livros (não esquecendo a sua actividade de livreiro e editor) e as bibliotecas (em particular a Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Braga, onde desde há muito vem realizando trabalhos de investigação), existe ainda outro aspecto que, muito rapidamente, gostaria de focar.

Trata-se de um certo paralelismo entre o percurso intelectual e político de Manuel Monteiro e Victor de Sá, da similitude de alguns passos das suas vidas.

Ambos provenientes de estratos sociais pouco favorecidos, conseguiram à custa do seu esforço e do seu talento atingir posições intelectuais e políticas de destaque.

Ambos, desde muito jovens, ousaram combater, cada qual à sua maneira, regimes que oprimiam o povo português. E ambos, em diferentes fases das suas existências, viram raiar as auroras de novos dias.

Ambos se viram compelidos a abandonar o país, em distintas circunstâncias das suas vidas, mas nos dois casos essencialmente por razões de ordem política.

— Manuel Monteiro, seis anos após o 5 de Outubro, desiludido com a situação que o país atravessava, incapaz de superar as suas contradições, parte para o Egipto, onde se prestigia como juiz dos Tribunais Internacionais.

— Victor de Sá, impedido de ser português em Portugal, impossibilitado de exercer a sua actividade pedagógica, parte para Paris para continuar os seus trabalhos de investigação histórica, aí atingindo um alto grau académico.

Finalmente, ambos acabam por regressar a Portugal, mas aqui os seus caminhos já são percorridos de maneira diferente.

Manuel Monteiro, enriquecidos os seus conhecimentos sobre a arte românica através de inúmeras leituras e visitas a monumentos e museus, mas atingido por doença pertinaz, retira-se praticamente da actividade política e dedica-se quase em exclusivo ao estudo da arte românica, produzindo alguns dos seus mais importantes trabalhos.

Victor de Sá, com uma sólida bagagem cultural, conseguida à custa de muito estudo na universidade francesa e do contacto diário com mestres como Leon Bourdon, Albert Silbert e Pierre Vilar, volta a Portugal em 1969 e logo se interroga, perante o país que o espera:

“Regressar, para quê?”⁽⁴⁾

Passados 10 anos, a sua presença hoje, aqui, entre nós, é a melhor resposta.

Foram anos difíceis os que viveu até 1974, como difícil era a vida de todos os intelectuais conscientes, empenhados em transformar a sociedade portuguesa.

Porém, com a liberdade nascida em Abril, pôde Victor de Sá, finalmente, dar ao país aquilo que sempre lhe tinha sido recusado. É reintegrado na função pública e em breve é contratado pela Universidade do Porto (e depois pela Universidade do Minho). Pôde prosseguir livremente as suas investigações, reeditar obras até então proibidas, publicar novos trabalhos (*A historiografia sociológica de António Sérgio, Esboço histórico das ciências sociais em Portugal, A história em discussão, Repensar Portugal, Formação do movimento operário português*), intervir activamente na vida portuguesa, ser mesmo eleito como representante do povo do seu distrito na Assembleia da República (tal como, aliás, Manuel Monteiro o tinha sido).

É sobretudo esta sua dupla actividade de historiador-cidadão, *apto a interrogar o passado e dele recolher respostas válidas às inquietações presentes e à abertura dos caminhos para o futuro*⁽⁵⁾ que quero aqui especialmente salientar, no momento em que o Doutor Victor de Sá vai analisar a personalidade e a obra política de Manuel Monteiro e o seu papel na Primeira República, com o saber, a profundidade e a objectividade que todos lhe reconhecem.

Braga, 16 de Junho de 1980

Henrique Barreto Nunes

(4) — SÁ, Victor de — *Regressar, para quê?* Lisboa, Publicações D. Quixote, 1970

(5) — SÁ, Victor de — *A história em discussão*. Lisboa, D. Quixote, 1975, p. 20

Manuel Monteiro ou a República inviável*

VICTOR DE SÁ

Falar de Manuel Monteiro na sua terra, que é a nossa, é para mim um acto muito honroso. Trata-se de uma grande personalidade bracarense, foi além disso um esteta e um cientista de relevo nacional e não só, e era ainda uma figura tutelar, cuja exemplaridade cívica e intelectual representou para mim, como nesta cidade para tantos da minha geração, um modelo pelo qual procurámos aferir então a nossa conduta, a validade das nossas ideias em gestação, a própria responsabilidade do intelectual na sociedade. No meu caso pessoal, pelo afecto e encorajamento com que ele acolheu, em 1942, tinha eu 20 anos, o meu primeiro trabalhito literário, posso mesmo dizer que lhe fiquei devendo o impulso decisivo para prosseguir, anos volvidos, uma carreira intelectual que ao tempo ensaiva apenas como curiosidade, se bem que já determinada por um imperativo de interioridade psíquica, porém ainda mal definido quanto aos caminhos a percorrer.

Mas se é honroso falar aqui de Manuel Monteiro, é também um acto de responsabilidade. Porque à afabilidade do amigo que foi, à exemplaridade do modelo cívico que nele buscámos, ao apreço pelas parcelas conhecidas da sua obra, a tudo isso haverá que acrescentar algo mais. Há que nos esforçarmos por obter a compreensão do homem na sua totalidade de personalidade plurifacetada. E essa compreensão implica inserir a individualidade de Manuel Monteiro no complexo social e político da sua época histórica.

* Conferência pronunciada em 16-6-1980 no Salão Medieval da Universidade do Minho (Braga), integrada nas comemorações do 1.º Centenário do Nascimento de Manuel Monteiro promovidas por aquela Universidade e pela Biblioteca Pública de Braga.

2

Tem-se dito e escrito muito, nunca porém o bastante, do que Manuel Monteiro é na recordação dos que o conheceram: o esteta, o cavalheiro, o investigador, o jurista. Mas uma espécie de pudor tem impedido de encarar o homem político que ele foi também. E sem isso não poderemos compreender na sua globalidade a personalidade integral de Manuel Monteiro. Ele foi também na realidade um homem político, e foi-o por um modo muito significativo, que nos importa dilucidar e tentar compreender.

É aliás neste sentido que aponta expressamente o convite que me foi dirigido e que muito distinguidamente agradeço. Um convite que, se bem entendo, não surgiu por acaso, seja o acaso de se comemorar o centenário de Manuel Monteiro, ou de ainda eu o ter conhecido, ou mesmo o de ser também um cultor da história pátria, matéria em que foi ele mestre. É que efectivamente não me passou despercebido que o convite foi formulado no período subsequente à minha eleição para deputado pelo círculo de Braga. E nele expressamente se afirmava o objectivo de que fosse abordada a actividade política de Manuel Monteiro e o «papel desempenhado nos acontecimentos que conduziram à proclamação da República», ou o de caracterizar a sua figura «e o agitado período da nossa história local em que ele foi personagem principal».

Um convite assim tão argutamente formulado tornou-se para mim um dever imperativo. Mais que um convite, era um desafio. E ter-me sido dirigido imediatamente após a minha eleição, isso para mim significa que é também com responsabilidade política que deverei aqui tentar interpretar a personalidade de Manuel Monteiro. Uma responsabilidade política — entenda-se — não pode subalternizar a responsabilidade científica do eterno aprendiz de historiador que sou.

Assim, pondo de parte os aspectos pessoais, afectivos, que me ligam à recordação do saudoso Amigo e Mestre que foi na minha juventude, procurarei abordar a personalidade de Manuel Monteiro numa tríplice dimensão: a do bracarense, a do intelectual e a do político. Creio que estes três aspectos se interpenetram nele de um modo tão íntimo, que correríamos o risco de o desfigurar se os dissociássemos uns dos outros. Porque era um intelectual, Manuel Monteiro foi um político. Porque era um político e um intelectual, Manuel Monteiro amou muito a sua terra, o seu património artístico e cultural, as suas gentes. Deixou-nos ainda, em tudo isso, o exemplo edificante de evitar que o culto do passado não obliterasse o sentido da transformação progressista da sua terra, que é também a nossa. Braga esteve sempre no centro dos seus interesses intelectuais e das suas preocupações políticas. Os valores

da natureza, os valores humanos e os valores artísticos e culturais da nossa região eram o *habitat* mais propício à sua actividade intelectual e intervencionista.

Por esse apego ao torrão natal, que 20 anos de afastamento em terras longínquas não fizeram esfriar, bem se confirma o dito de Anatole France de que «o homem não é ninguém se não for tudo na sua própria terra». Manuel Monteiro foi tudo na sua terra: profissional, intelectual, político e cultor das suas belezas e do seu património.

Procuremos ver então como, a partir de Braga, Manuel Monteiro se projectou como figura de relevo nacional e internacional. E depois, retornado das longínquas paragens do Egipto, voltado ao isolamento provinciano da sua terra, como se reencontrou no culto dos valores da nossa região. E como tudo isso se liga às suas posições políticas.

Para isso, compreendamos o homem na sua época.

Compreender o homem na sua época é situá-lo no tempo histórico, nas coordenadas sócio-políticas que condicionam a existência de cada um.

Manuel Monteiro tinha 10 anos quando a consciência nacional dos Portugueses foi sacudida do seu turpor histórico pelo Ultimatum britânico ao Governo de Lisboa. Foi uma imposição imperialista que despertou os brios patrióticos do Povo, em confronto com a submissão e o servilismo da Monarquia face à coroa inglesa. Não foram só os republicanos que reagiram e protestaram. Os monárquicos também. Mas os monárquicos tinham contra si a posição comprometida do rei. Os republicanos puderam por isso fazer-se eles os depositários do orgulho pátrio e do sentimento nacional de independência. Consubstanciando na luta por um novo regime o ideal da independência nacional, vinte anos seriam bastantes para afundar uma Monarquia com mais de sete séculos.

Esses vinte anos foram os da formação intelectual e cívica de Manuel Monteiro.

Oriundo de uma família da classe média, enriquecida por bens e fortuna (modesta?) adquiridos no Brasil, o Monteirinho, como lhe chamavam os companheiros, (*anexa n.º 1*) passou em Braga uma juventude descuidada, fazendo os seus estudos secundários com vista ao ingresso na Universidade de Coimbra. Foi para lá ao dobrar o século, e formava-se em 1905, em Direito como toda a gente, já o tinha dito Eça de Queirós. «Toda a gente» era a gente de burguesia, bem entendido.

Nesse período da juventude, Manuel Monteiro, impregnou-se do espírito de renascimento nacional que, depois da análise das causas da decadência, encetada pela Geração de 1871 («As causas da decadência peninsular» na conferência de Antero), encontrou em Adolfo Coelho talvez o seu melhor doutrinário: é Portugal um país condenado irremediavelmente à decadência? O ressurgimento intelectual, defendia ele, seria o factor determinante da recuperação portuguesa. Acicatados ainda pelo desafio imperialista de 1890, foi a essa tarefa que se lançou uma boa parte dos nossos intelectuais da época, reagindo por um lado às tradições culturais de cariz teológico, e por outro ao sentimento decadentista. Na busca das raízes e da essência da nacionalidade portuguesa é que se realizaram um Oliveira Martins, um Teófilo Braga, um Adolfo Coelho, um Martins Sarmiento, um José Leite de Vasconcelos, um Joaquim de Vasconcelos, um Alberto Sampaio, um Rocha Peixoto, um Ricardo Severo, todos lançados à descoberta dos valores culturais e históricos nacionais, e das expressões genuínas da cultura popular. Eles foram os primeiros investigadores da literatura e da arte portuguesa, os primeiros filólogos, os primeiros arqueólogos, etnólogos, folcloristas, os criadores dos primeiros museus e defensores acérrimos do património cultural e artístico.

Nesse movimento de nacionalismo cultural animado pelo grande surto das ciências humanas e sociais em Portugal, ingressou Manuel Monteiro atraído em parte pela sua própria sensibilidade, mas iniciado também pela convivência de um daqueles Mestres da cultura portuguesa. Era Rocha Peixoto, seu primo, etnólogo e arqueólogo que a morte colheu cedo, aos 43 anos (1909), tendo realizado uma obra notável, com estudos nomeadamente sobre as olarias de Prado, os palheiros do litoral, a casa portuguesa, as sobrevivências comunitárias e formas da vida comunalista em Portugal. Treze anos mais novo, Manuel Monteiro acompanhou-o nas suas digressões a pé por serras e vales do Noroeste, aguçando desse modo o espírito analítico, e iniciando-se no trabalho sistemático da recolha e inventariação dos fenómenos e dados da observação. Meio século mais tarde, ao compilar a correspondência entre o parente e Alberto Sampaio, aproveitará o ensejo para testemunhar o seu apreço por ambos, pondo em foco «as relações de Alberto Sampaio, que eu muito venerei — escrevia ele — com Rocha Peixoto, que eu muito amei, e de revelar que, para a glória do nome daquele não foi indiferente o seu encontro com este prodigioso animador, síntese duma geração intelectualmente ousada e dominada pela única ambição de servir com puro desinteresse a Nação e a Ciência (in «Revista de Guimarães», n.º 4, 1941).

Este modelo cívico e intelectual de Rocha Peixoto — servir com puro desinteresse a Nação e a Ciência — foi o lema, pode dizer-se, que Manuel Monteiro adoptou para a sua própria conduta.

Os seus primeiros estudos etnográficos e arqueológicos datam do período em que frequentou a Universidade de Coimbra, sendo no «Jornal de Cabeceiras», em 1901, que aparece publicado o primeiro trabalho que conhecemos de Manuel Monteiro, sobre as formas populares do casamento. E logo no ano seguinte aparece a colaborar na «Portugália» (Porto, 1899-1908), de que Ricardo Severo era director e Rocha Peixoto o redactor em chefe. Fundada com o objectivo de recolher «materiais para o estudo do povo português», a «Portugália» continuava o esforço pioneiro e ainda juvenil de Peixoto, Severo, Fonseca Cardoso e João Barreira, ao criarem a Sociedade Carlos Ribeiro (1887), que promoveu, através da sua «Revista de Ciências Naturais e Sociais» (1889-1898) a publicação de memórias arqueológicas, antropológicas, etnológicas, zoológicas, botânicas e geológicas. Nessa revista iniciou Alberto Sampaio a publicação de «As Vilas do Norte de Portugal». A essa Sociedade portuense a que aderiram também Basílio Teles, Júlio de Matos, António Arroio e outros, se deve a propaganda de estabelecimentos e institutos científicos de todos os géneros, de que resultou, entre outros, a criação do Museu Municipal do Porto e a promoção de várias excursões de estudo.

Quando a «Portugália» veio substituir a «Revista de Ciências Naturais e Sociais», o nome de Rodrigues Monteiro — era com estes nomes de família que então assinava — aparece desde o projecto inicial como um dos seus colaboradores. Só em 1905 é que começa a usar o nome próprio, Manuel Monteiro, com que havia de ficar consagrado.

Este é já o nome com que nesse mesmo ano (1905), que é também o da sua formatura, aparece a gritar protesto contra a destruição, em Braga, do velho castelo da cidade, mandado erigir por D. Dinis. Era uma deliberação da Câmara Municipal monárquica, que obtivera autorização do governo para arrazar a veneranda fortaleza¹. «Num outro país

¹ Em 1875, o Decreto n.º 9 de 10 de Janeiro previa a alienação pelo Governo dos terrenos das praças de guerra que já não fossem necessários para a defesa. Dizia-se no Relatório: «Muito mais vale para o futuro do País o proveito que há-de resultar para muitas terras de poderem as municipalidades abrir boas ruas ou espaços largos e os particulares levantarem importantes estabelecimentos, em lugares ocupados hoje por muralhas ou castelos meio derrocados e de todo inúteis para a guerra».

(Fernando Pessoa Jorge, «Monumentos de interesse Histórico-Militar», Lisboa, 1971, pág. 32).

— comentou Manuel Monteiro — haveria empenho em o expurgar (o castelo) das superfectações que o mascaravam, reconduzindo-o tanto quanto possível à pureza originária. Mas, como entre nós se caminha sempre pela inversa, já não seria para descontentar a sua conservação em tal estado» (*in* «Arte e Vida», Coimbra, 1906, pp. 437-438).

Manuel Monteiro iniciava desse modo, aqui na sua terra, que é a nossa, a defesa activa do património arqueológico da cidade. Uma outra voz bracarense o acompanhou, sob pseudónimo (*Amigo do Progresso*, o investigador dr. José de Sousa Machado), e também, apoiando, o arqueólogo Albano Belino havia de evocar a história do monumento (*in* «Comércio do Minho», 29-VIII-1905).

A verdade, porém, é que os edis da Câmara e seus acólitos reagiram intempestivamente. «A cidade então vociferou», como escreveu Manuel Monteiro, e o cidadão teve que retirar-se para Coimbra, a fim de evitar transformar-se num «saudoso mártir da sua causa». A impertinência dos críticos tornou-se intolerável aos que se proclamavam «propugnadores do progresso». Chegou a promover-se uma reunião no Ateneu «para decidir do destino da importuna e retrógrada pleiade arqueológica», ficando assente «expulsar de Braga os antiquários rebeldes» («Arte e Vida», p. 439).

Perdida assim a causa, pois o Castelo começou a ser demolido a 16 de Setembro do mesmo ano, perdeu-se também a oportunidade sobre a sua adaptação a um Museu, que era a sugestão apresentada por Manuel Monteiro para o seu aproveitamento. O castelo foi demolido, e em seu lugar temos hoje a rua que lhe tomou o nome. Só a Torre de Menagem acabou por ser poupada ao camartelo municipal, e isso mesmo assim graças ao alerta de Manuel Monteiro. É o que resta da vetusta edificação do século XIV.

Passada esta onda de histeria contra o atrevido jovem que ousara contrariar os planos de quem então tudo mandava em Braga («Quem dava as cartas ainda há bem pouco tempo nas cidades de Braga e Guimarães era a gente do «bloco». No resto do distrito dominava o visconde da Torre» — entrevista a «O Século», 24-X-1910), Manuel Monteiro abriu banca de advogado na terra natal, ao mesmo tempo que passou a marcar aí a sua posição política.

Braga já ao tempo não era uma presa fácil da reacção.

Sem dúvida que os homens de iniciativa e os renovadores dos hábitos da vida social encontravam aqui uma hostilidade persistente,

alimentada, é certo, pelos privilegiados dos interesses constituídos. Foi o caso notório nos últimos anos da Monarquia do grande animador da estância do Bom Jesus e empreendedor do turismo bracarense que se chamou Manuel Joaquim Gomes (Santa Cristina de Longos, 1840-Suiça, 1894). Industrial ligado à fábrica de Ruães, onde diversificou a sua indústria de papel com a de fição e tecidos, Manuel Joaquim Gomes cooperou com os melhoramentos do Gerês, e relativamente ao Bom Jesus, deu-lhe a sua feição moderna: introduziu nos seus hotéis as primeiras instalações eléctricas e os primeiros telefones que o país conheceu, construiu o elevador (o mais antigo da Península, 1882) que ainda hoje dá acesso àquela estância, e substituiu por carruagens de tracção a vapor (1883) os antigos carros de bois que atravessavam a cidade em ligação à estação do caminho de ferro (existente desde 1875). Pois esse homem ficou de tal modo marcado pelos actos de vandalismo acicatados por um cacique e industrial de S. Victor (Taxa) que embirrava com a passagem à sua porta dos novos trens para o Bom Jesus, que aos 51 anos desabafava: «hoje mais do que nunca tenho uma aspiração — é a de poder livrar-me deste terrível meio».

É que as pessoas mais ilustradas faziam, por razões partidárias, causa comum com a ignorância e a má fé da gente de baixa política. Manuel Joaquim Gomes refere o sucedido no Verão de 1891: «Os forasteiros que vinham para o combóio, aterrados com os estridentes gritos de guerra daqueles péles vermelhas, fugiram abandonando as suas bagagens, chegando alguns esbaforidos ao combóio e ficando outros em terra. Fazendo então ideia exacta do que é a África, juraram não mais atravessar este pedaço de sertão ...». Desgostoso, Manuel Joaquim Gomes retirou-se para a Suiça, onde morreu três anos depois.

Braga era então — como hoje já não é — uma pequena cidade de província mergulhada numa tradição de marasmo e imobilismo. A população da cidade andava pelos 20 mil habitantes, e a tendência do crescimento demográfico era de lentidão: em 1911 atingiu 25 mil, e em 1930 ia ainda em 27 mil. Centro de uma região rural com elevado índice de emigração para o Brasil, (de que o Banco do Minho era a sede financeira, e os romances de Camilo a expressão literária) não havia na cidade um espírito de abertura às correntes do progresso e do fomento cultural. Um poeta de talento, como João Penha, era figura bizarra na cidade, mais apreciado pelos seus ditos que pelas «Rimas».

Mas se predominavam em Braga manifestações de obscurantismo, também as havia já de progresso e de sentimentos de fraternidade social.

Tanto que em 1903 já aqui se realizava um congresso operário (socialista) internacional. Era o III Congresso galaico-português, que continuava a série iniciada nos anos antecedentes imediatos, o I em Tuy e o II em Viana do Castelo. No de Braga, efectuado entre 20 e 26 de Abril, estiveram representadas 47 associações portuguesas com mais de 7 mil associadas, e 30 espanholas com 5 mil. As sessões realizaram-se no Teatro de S. Geraldo (onde hoje está o Banco de Portugal), e a sua organização esteve a cargo da Associação dos Operários Chapeleiros, que era ao tempo o grande organismo sindical dos trabalhadores bracarenenses. Nas conclusões do congresso reclamava-se a diminuição das horas de trabalho nas fábricas e oficinas. E no dia do encerramento houve manifestação pública que atravessou a cidade a pretexto de receber os operários vindos do Porto pelo caminho de ferro.

O movimento operário era já intenso em Braga no princípio do nosso século. Havia um forte movimento associativista local, que era animado pelo apoio de trabalhadores do Porto. Aos domingos vinham de lá combóios repletos de empregados comerciais e operários, que se espalhavam na cidade a propagar as ideias novas, como então se dizia (Menici Malheiro, «Braga Contemporânea», p. 82). Além da grande Associação dos Chapeleiros, havia também, organizada pelo Centro Socialista local, a Associação das Quatro Artes da Construção Civil, com uma Cooperativa anexa. O grande mentor do movimento operário português, que foi Azedo Gneco, e o grande animador Felizardo Lima vieram várias vezes a Braga promover conferências públicas. Pode dizer-se que a vida cultural e intelectual de Braga era animada predominantemente pelo movimento operário. Por influência da «Voz do Operário» de Lisboa, organizou-se em 1904 o Centro Operário de Braga, que se propunha criar algumas escolas e chegou a manter uma Universidade Livre destinada especialmente a trabalhadores.

Foi no cadinho desta agitação que Manuel Monteiro, como outros jovens intelectuais burgueses, se ligou ao movimento popular da sua terra natal, colaborando nas iniciativas culturais dos operários bracarenenses.

Uma vez formado e instalado em Braga com banca de advogado, o ano de 1905 marca o início da projecção pública da personalidade de Manuel Monteiro, tinha então os seus 25/26 anos de idade. Confrontado com a hostilidade mesquinha dos sectores oficiais dominantes, apoiado em contrapartida pelos sectores populares da cidade, relacionado em Coimbra e no Porto com grandes vultos da corrente republicana, Manuel Monteiro seria em Braga, com Domingos Pereira, Simões de

Almeida, Justino Cruz, Manuel de Oliveira, Alberto Feio e outros, um dos organizadores locais do Partido Republicano, que então passou a ter aqui as suas próprias estruturas.

Manuel Monteiro foi orador no primeiro comício republicano em Braga, que teve lugar nesse ano de 1905, nos terrenos da Cruz de Pedra onde hoje se encontram instalados os Serviços Municipalizados.

E como a sua fluência oratória se repetisse em novos comícios realizados posteriormente, Bernardino Machado escrevia-lhe em finais de 1906 a elogiá-lo.

Entretanto criara-se o Centro Republicano local, com sede inicial no Campo dos Touros, que é hoje a Praça do Município. Eleito presidente da Comissão Municipal de Braga do Partido Republicano, Manuel Monteiro foi candidato a eleições da Câmara, e membro de um grupo de «resistência, propaganda e acção».

Nessa actividade de propaganda republicana o achou a ditadura franquista de 1908, que mais estimulou a luta contra o regime monárquico. Em Braga houve comícios, um em Março presidido por António José de Almeida, outro em Agosto presidido por Alfredo de Magalhães. E para as eleições de Novembro, o Partido Republicano também apresentou lista em Braga, sendo o nosso Rodrigues Monteiro o 2.º da lista.

Ao mesmo tempo que assim actuava como político, como advogado reclamava a favor do concelho de Amares, reivindicando em 1909 a propriedade pública das águas termais de Caldelas.

Quando em Outubro de 1910, Domingos Pereira trouxe de Lisboa a notícia da implantação da República, Manuel Monteiro foi logo indigitado para Governador Civil do distrito. A 6 de Outubro, instalado no Grande Hotel que até há pouco existia na Avenida Central, aí recebeu uma «quente manifestação» popular, que andou na cidade acompanhada de uma banda de música. E no dia seguinte tomava posse conferida pelo comandante da 5.ª brigada militar, fazendo a guarda de honra uma força de Infantaria 8 com a respectiva banda.

Nos tempos conturbados e incertos do novo regime, M. M. ocupou a função de Governador Civil durante mais de dois anos. Isso confirma o acerto e o bom acolhimento local da escolha. Numa evocação póstuma, o seu grande correligionário e amigo Dr. Domingos Pereira diria que «ele queria e sempre quiz nacionalizar a República, estendê-la promissoramente como um manto de paz e de justiça». Foi assim, com esse idealismo servido por uma nobre conduta de homem sério e leal, que Manuel

Monteiro pôde vencer tanto a oposição dos adversários políticos como as intrigas de alguns correligionários mesquinhos. (*anexo n.º 2*)

Numa altura em que o Governo Provisório anunciava a lei da separação da Igreja e do Estado, receava-se na capital a reacção do sector clerical de Braga. «O Século» entrevistou-o a esse respeito, numa das suas primeiras viagens oficiais a Lisboa, ainda em Outubro de 1910. Manuel Monteiro tranquilizou o jornalista: «O fanatismo de Braga não é bem o que se imaginava». E «quanto ao clero minhoto não se importa nada com isso, desde que lhe garantam o seu jantar». Assim, podia garantir que «todos aceitarão bem a nossa situação, desde que os não prejudiquem economicamente», ao mesmo tempo que assegurava que o poder constituído seria exercido «com toda a benevolência e com o mais intenso respeito pelos sentimentos e pelos direitos de cada um» («O Século», 24-10-1910). (*anexo n.º 3*)

As suas visitas pelos concelhos eram festivas e geralmente rodeadas de apoios de simpatia. A Comissão Republicana de Prado presta-lhe homenagem em 1911. Em Vizela apelam no ano seguinte para prosseguir «com destino governativo do país». Em S. Torcato faz o lançamento da primeira pedra de uma escola. Recebe o Dr. Alves da Veiga, que visita Braga. Acompanha excursionistas da Academia de Estudos Livres, explicando-lhes os monumentos da cidade. E nesta efusão de simpatia popular surge também o apoio dos artistas musicais: a «Marcha Manuel Monteiro» por Arthur Leão, e o «Hynno» por José Ramos. As partituras existem ainda na sala da Biblioteca Pública de Braga, onde se recolheu o espólio do nosso primeiro Governador republicano.

Não deixaria o seu lugar sem ter feito para a Câmara Municipal de Braga a escolha do homem certo: o coronel Lopes Gonçalves, que havia de dotar a cidade das suas modernas estruturas urbanísticas: electrificação, distribuição de água aos domicílios, novos arruamentos e ajardinamentos, montagem de tracção eléctrica nos transportes públicos e a criação, enfim, dos Serviços Municipalizados. Lopes Gonçalves (um nome que anda esquecido) seria assim, na terra natal de Manuel Monteiro, o realizador efectivo dos ideais de progresso material da sua comunidade.

Quando, em 1913, abandonou o Governo Civil de Braga para ocupar em Lisboa um lugar de Juíz do Supremo Tribunal Administrativo, um jornal de Vieira do Minho recordava o seu processo de governador: «com firmeza, calma, decisão e energia — com o melhor dos sorrisos a bailar-lhe nos lábios, muito delicado, muito atencioso — sempre prevenido — de pé atrás! — contra a manha hipócrita de uns e os arrancos demagógicos de

outros» («A Cabreira», 26-7-1913). Um banquete de despedida teve então lugar no Teatro de S. Geraldo, com mais de 200 convivas, com a presença de um representante de Afonso Costa, chefe do partido dominante na Primeira República.

A nota bairrista desta despedida foi dada por um dos oradores, precisamente o Presidente da Câmara Lopes Gonçalves: «Perdemos um governador civil excelente, que era a honra da República, mas lucrámos com o advogado junto da capital na defesa do progresso desta cidade» (in «A Montanha», 15-7-1913).

Mas em Lisboa havia de confrontar-se, mais que na sua terra natal, com as forças poderosas da reacção. Durante três anos desempenhou importantes funções políticas que haveriam de lhe tornar patente como, face aos potentados económicos nascentes, seria ainda em sua vida inviável a República do seu idealismo.

Colocado em Lisboa como Juíz do Supremo Tribunal Administrativo (nomeado em Maio de 1913), Manuel Monteiro desempenhou na capital, uma actividade eminentemente política. A firmeza das suas posições republicanas e demo-burguesas, aliada à sua capacidade dialogante e lhanheza de trato quer com correligionários quer com adversários políticos, foram factores que certamente contribuíram para o situar no centro de importantes acontecimentos que então perturbaram o curso da Primeira República. Eleito deputado (por Barcelos) ainda em 1913 (a respectiva carta foi-lhe passada em 2 de Dezembro), Manuel Monteiro passou a desempenhar importantes funções parlamentares, nomeadamente a de Presidente da Câmara dos Deputados, e funções governativas como ministro, primeiro da Justiça (1914) e depois do Fomento (1915). A Constituição da 1.ª República facultava a acumulação de funções parlamentares com funções governativas.

Como ministro da Justiça, foi nomeado pelo Governo presidido por Bernardino Machado, que tinha por programa a concessão de uma amnistia, a revisão da lei da separação, e a reforma do estatuto das classes laboriosas. Era um programa de pacificação, que por um lado procuraria estabelecer um clima de convivência com os adversários do regime, e por outro, atenuar o antagonismo manifesto com o sindicalismo operário.

Manuel Monteiro sobraçou a pasta da Justiça entre 9 de Fevereiro e 22 de Junho. Durante esse tempo obteve efectivamente a aprovação pela Câmara dos Deputados da sua proposta de lei de amnistia, que foi

a 1.ª amnistia política do novo regime. E o Governo procurou fomentar a construção de prédios de renda económica (26 de Fevereiro), assim como liberalizar as associações de classe (1 de Maio), ao mesmo tempo que um deputado socialista (Manuel José da Silva) preconizava o estabelecimento de contratos colectivos de trabalho. Noutros domínios, foi ensaiada também uma reforma do ensino primário (8 de Junho) e revista a lei da separação, o que permitiu a reabertura ao culto de vários templos e o regresso ao numus episcopal de vários bispos e sacerdotes emigrados desde 1910.

Mas um primeiro conflito com os potentados económicos nascentes levou Manuel Monteiro à demissão do Governo. Tratava-se da concessão de direitos de instalação de uma central hidroeléctrica nas Portas do Rodão ao engenheiro António Maria da Silva e outros, cujo decreto (28 de Março) foi declarado inconstitucional pelo Supremo Tribunal Administrativo. A saída do Governo foi coberta por um jantar de homenagem que se realizou ao terminar o período das férias de Verão (29 de Setembro), precedendo a sua eleição para Presidente da Câmara dos Deputados (Dezembro de 1914).

Mais grave foi o conflito político que opoz o Parlamento ao novo executivo que sucedeu ao de Bernardino Machado. Entretanto tinha-se iniciado em Agosto o grande conflito dos blocos imperialistas europeus, que ficou conhecido por 1.ª Grande Guerra. A República Portuguesa estava dependente desses blocos pelos interesses colonialistas em África. Sabe-se que a Inglaterra tinha acordado com a Alemanha a partilha das colónias portuguesas. E agora que aquelas duas potências tinham entrado em guerra entre si, era preciso defender as colónias, militarmente das arremetidas alemãs e diplomaticamente das arremetidas britânicas, alegando neste caso a secular aliança. De qualquer modo, os militares passavam a desempenhar na vida política portuguesa um papel importante.

Foi assim que no mês seguinte ao da eleição de Manuel Monteiro para Presidente da Câmara dos Deputados, ou mais precisamente a 28 de Janeiro de 1915, o general Pimenta de Castro ocupou por golpe de Estado a chefia do Governo, acumulando com a função de ministro da Guerra. Foi um golpe anti-constitucional desferido contra a Primeira República, com o objectivo de afastar do poder os partidos políticos republicanos que defendiam a participação de Portugal na Guerra, ao lado das potências aliadas.

O novo Governo, constituído à sombra da Presidência da República (Manuel de Arriaga), precisava, para lograr os seus fins, de atingir o outro

orgão de soberania que era o Poder Legislativo. E serviu-se para isso do pretexto fútil do adiamento dos trabalhos parlamentares (adoptado a 11 de Janeiro) para declarar (em 25 de Fevereiro) que impediria a reunião do Congresso prevista para 4 de Março. De modo que, quando neste dia as duas Câmaras iam reunir em S. Bento por direito próprio, o executivo encerrou o palácio dos representantes da Nação, fê-lo cercar por forças policiais e da guarda republicana, impedindo a entrada de senadores e deputados.

Manuel Monteiro, como Presidente, não se resignou à acatção desta imposição pela força. Protestou *in loco* junto do comandante das forças militarizadas, e transferiu de emergência para os arredores de Lisboa, no Palácio da Mitra ao Tojal, a sessão da Câmara dos Deputados que não pôde realizar-se na sede própria. Aí fora declarado o Ministério e o Poder Executivo fora da lei, e negada validade a quaisquer outros actos ditatoriais do Governo.

Este acto, único nos nossos anais parlamentares, teve um eco enorme no país, e contribuiu poderosamente para mobilizar as forças políticas e populares contra os objectivos ditatoriais do Governo. Por isso, logo no primeiro instante, o Dr. Manuel Monteiro foi destituído do seu cargo de Juíz do Tribunal Administrativo, ao mesmo tempo que ele próprio requereu ao Juízo Criminal procedimento judicial contra o Presidente da República, o Presidente do Ministério e mais quantos, quer como mandantes, quer como executantes, tomaram parte activa neste acto de violação de um dos poderes do Estado, (*anexo n.º 4*)

Estas pendências, porém, não haviam de se resolver pela via normal do Poder Judicial. Em ditadura não há independência de poderes. A solução do conflito entre os órgãos de soberania seria encontrada ao cabo de dois meses por via revolucionária. Foi o levantamento militar e popular de 14 de Maio de 1915 que derrubou o Governo de Pimenta de Castro e levou à renúncia o Presidente da República, substituído provisoriamente por Teófilo Braga. O Parlamento reabriu de novo a 27 de Maio. E Manuel Monteiro, reintegrado no seu lugar de Juíz no Supremo Tribunal Administrativo, ficou de novo reservado para o desempenho de elevadas funções no aparelho do Estado. Previa-se que fosse o futuro embaixador no Brasil, sucedendo a Bernardino Machado, mas passou a ocupar, no novo Governo saído da revolução, o posto de Ministro de Fomento.

E novamente eleito deputado, agora por Braga (13 de Junho), voltou a exercer a Presidência da Câmara até 1916, ano crucial que encerrou a sua carreira política.

Como ministro do Fomento², cargo que ocupou durante perto de meio ano, Manuel Monteiro tinha então sob a sua alçada múltiplas atribuições que depois passaram sucessivamente a estar distribuídas por diferentes e novos Ministérios: Agricultura, Comércio e Indústria, Comunicações, Obras Públicas e Trabalho, sobretudo. Da sua pasta dependiam autorizações para a exploração de águas e de jazigos minerais, providências para debelar crises cerealíferas e problemas de abastecimento público, criação de postos agrícolas, abertura de estações telégrafo-postais, assim como de estradas e caminhos de ferro, abastecimento de água, instalações eléctricas, aprovação de estatutos de Sindicatos e de Caixas Agrícolas, regulamentações e fiscalização de trabalho, etc.

Durante a sua administração, Manuel Monteiro chamou para assessor em questões florestais o agrónomo Tude de Sousa, que desde 1904 era regente florestal da Serra do Gerês, e nessa qualidade tinha continuado os estudos que Manuel Monteiro iniciara ainda estudante com seu primo Rocha Peixoto. Além dos estudos já publicados sobre o «Regimen pastoril dos povos da serra do Gerês» (1907-1908), «Serra do Gerês, estudos, aspectos, paisagens» (1909), «A Serra, as pastagens e os gados» (1914), haveria mais tarde de publicar, com prefácio do agora Ministro, «Gerês: notas arqueológicas, etnográficas e históricas» (1927).

A região natal de Manuel Monteiro estava assim presente no próprio gabinete ministerial. Não admira por isso que também tenha tido o cuidado de recomendar a arborização do monte do Bom Jesus e sua extensão até ao Sameiro.

Três ordens de problemas mereceram especialmente a sua atenção durante os seis meses de gestão do Ministério do Fomento: os de abastecimento, procurando debelar a carestia de géneros essenciais em tempo de guerra³; os de melhoria das condições de trabalho, nomeada-

² *Ministério do Fomento;*

— Em Outubro de 1910 substituiu o Ministro das Obras Públicas, Comércio e Indústria (criado por decreto de 30-VIII-1852).

Pelo Decreto n.º 1, de 26-V-1911, tinha competência para a classificação de quaisquer imóveis como monumentos nacionais, e o encargo de velar pela sua conservação.

— Em Outubro de 1920 passou a ser o Ministro do Comércio e Comunicações (Decreto 7036, 7-X-920).

Criou-se então a Administração Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, em substituição da Direcção Geral das Obras Públicas (Decreto 7038).

³ *Medidas de subsistência, 1915*

— dec. de 5-VI, mantendo a proibição da exportação de géneros alimentícios, e acrescentando-lhe muitas matérias primas úteis para a indústria;

mente pela fixação das 8 horas em várias indústrias, a proibição do trabalho nocturno das mulheres nas fábricas e regulamentação de desastres de trabalho; e no fomento a melhoria das termas e centros de vilegiatura. Neste último sector, já tínhamos visto como ele se interessara, ainda antes da proclamação da República, pelas águas termais de Caldas. Depois, quando Governador Civil, animou empreendimentos nas Caldas de Vizela. Agora, como ministro, ele promove a ampliação das termas de Melgaço e da Curia, a construção de arruamentos nas Taipas, a ligação ferroviária de Vidago a Chaves, etc. Pode dizer-se, assim, que Manuel Monteiro foi um pioneiro do termalismo em Portugal. Mas também promoveu melhoramentos em Ponte de Lima, o abastecimento de águas à cidade de Évora, a construção de uma variante da estrada municipal de Guimarães à Penha, a abertura da estação postal em Arco de Baulhe, etc.

Além disso, data ainda da sua passagem pelo Ministério de Fomento a criação, em 10 de Setembro, da estação de vilegiatura do Estoril, ao tempo referido ainda como lugar do Estoril. Lembre-se que só posteriormente foi construída a linha de caminho de ferro que liga essa estação de vilegiatura a Lisboa, do que resultou a transformação dessa zona, então quase deserta, numa das linhas de mais intenso tráfego que passou a existir nas cercanias da capital.

— dec. de 9-IX, proibindo por 2 anos a exportação de beterraba no continente e ilhas adjacentes;

— dec. de 18 e 30-IX, obrigando os detentores de feijão a venderem-no imediatamente (à Manutenção Militar e particulares);

— dec. de 18-IX, tomando medidas de fomento da pesca e limitadoras dos preços do peixe;

— dec. de 18-IX, tornando obrigatória a venda dos géneros de primeira necessidade, quando detidos para além das necessidades próprias, obrigando à afixação dos seus preços, e criando comissões de subsistência em todos os conselhos;

— dec. de 24-IX, proibindo a exportação de gados, e fixando o preço do gado destinado a consumo;

— dec. de 7-X, alargando a lista de matérias primas de exportação proibida;

— dec. de 18-XI, considerando descaminho de direitos a venda de peixe no mar por barcos portugueses;

— dec. de 18-XI, incrementando a cultura do arroz, cujo preço subira no lavrador de 28 para 32 escudos e mais, de 1914 para 1915.

Mas o decreto de 2-XI já consentia uma ligeira subida do preço do trigo nacional com fundamento no preço dos adubos e dos salários agrícolas.

Foram iniciativas de desenvolvimento turístico que hoje andam esquecidas, mas que nos apraz aqui relembrar como tendo na sua origem a perspicaz administração do nosso ilustre conterrâneo Manuel Monteiro.

Com a entrada do ano de 1916, Manuel Monteiro não mais se sentiria seguro na sua carreira política⁴. Continuando a desempenhar o cargo de Presidente da Câmara dos Deputados, não era de modo algum uma figura secundária na cena política portuguesa. Mas o nosso conterrâneo devia sentir, por isso mesmo que ocupava um lugar proeminente, o adensar das nuvens sobre o horizonte da vida social e económica. O levantamento popular contra a carestia da vida e a falta de géneros ia em crescendo, reagindo cada vez mais violentamente contra o açambarcamento praticado pelos endinheirados. As medidas pontuais de protecção ao trabalho não eram suficientes para atenuar as reivindicações operárias. A República desde a sua instauração não tinha captado o apoio dos sindicalistas. Pelo contrário, a sua natureza de classe tinha-se colocado desde o início contra o movimento operário. Ainda em 1910, uma lei sobre as greves tinha reconhecido explicitamente o direito aos patrões de promoverem o «lock-out». A Guarda Nacional Republicana, criada em 1911, tinha sido sempre utilizada como tropa de choque contra os trabalhadores em greve, nomeadamente nos grandes movimentos dos trabalhadores agrícolas do Alentejo e Ribatejo em 1912. Em 1913, a própria Casa Sindical, acabada de abrir em Lisboa, foi encerrada pelo Governo da República, o que custou a Afonso Costa o apodo de «racha-sindicalista». Com o início da Guerra na Europa, os interesses populares foram postergados em favor dos interesses militaristas e colonialistas. Havia mobilizações para fazer marchar para África contingentes destinados a oporem-se aos ataques alemães, ao mesmo tempo que se preparava a intervenção portuguesa nas frentes de guerra na Europa. A política imperialista e militarista não interessava

⁴ A 18 de Novembro, o presidente do ministério, José de Castro, apresentou a demissão do seu governo, e foi acto contínuo substituído por Afonso Costa, que conservou alguns dos seus ministros anteriores (Catanho de Meneses, Justiça; Augusto Soares, Estrangeiros; Norton de Matos, Guerra; e Rodrigues Gaspar, Colónias), mas que substituiu os restantes, entre eles o do Fomento. Nesta pasta, Manuel Monteiro deu lugar ao eng.º António Maria da Silva que já no ano anterior dera motivo à demissão do M. M. de ministro da Justiça, por motivo de ter sido declarada a inconstitucionalidade do decreto de concessão de direitos de instalação de uma central hidro-eléctrica nas Portas do Rodão.

ao povo português, mas apenas a certas camadas da burguesia estreitamente ligadas à política económica e diplomática das Grandes Potências.

Por sua vez, o próprio estilo político da Primeira República assentava no culto do personalismo individualista. Os partidos designavam-se mais pelos nomes dos seus chefes do que pelas bandeiras dos seus programas. Eram os afonsistas, os almeidistas, os camachistas.

Manuel Monteiro era um disciplinado partidário de Afonso Costa, que geria o Partido Democrático. Mas poderia o chefe manter sempre a lisura da sua conduta em todas as circunstâncias que as conveniências partidárias impunham? Parece que Manuel Monteiro nunca se queixou expressamente, nem jamais rompeu relações com os seus amigos políticos. Isso não era da sua índole. Há correspondência de Afonso Costa até final da vida, já no exílio, que atesta a perenidade das boas relações entre ambos, embora Manuel Monteiro, sempre gentil e justificado, se escusasse aos seus apelos. (*anexo n.º 5*) Mas Afonso Costa não era só ele. Era também toda a camarilha que o cercava e que actuava em seu nome, nomeadamente, o irmão Artur Costa. Ora exactamente em Janeiro de 1916 um jornal de Lisboa («A Capital», 26-1-1916) dava esta notícia comentada, sobre a Câmara dos Deputados:

«Não assistiu hoje à sessão o Sr. Dr. Manuel Monteiro, ilustre presidente da Câmara dos Deputados».

«Pelos seus correligionários, o Sr. Dr. Manuel Monteiro foi arguido de incorrecto e de desrespeitador do regimento».

«O Sr. Manuel Monteiro não é o presidente que convenha à maioria. Substituam-no pelo Sr. Artur Costa. Este sim»... «deve ser pau para toda a obra»...

Esta notícia revela alguma coisa quanto a eventuais desentendimentos ou incompreensões no seio do seu partido.

Por outro lado, com a entrada de Portugal na Guerra, alinhado com os Aliados — a declaração contra a Alemanha data de 9 de Março — mais se cavavam as contradições no seio da sociedade portuguesa. Portugal entrava na guerra essencialmente por razões de ordem colonialista. Num conflito entre grandes potências imperialistas sequiosas das matérias primas dos territórios africanos, os republicanos portugueses esforçavam-se por defender as próprias colónias da cobiça daquelas potências. Para o conseguir tinham de criar condições que lhes permitissem tomar assento nas conferências internacionais onde aquelas partilhas se deci-

dissem, onde portanto pudessem defender o que então era considerado uma legítima soberania portuguesa sobre as colónias. Cobiçadas pela Alemanha, não o eram menos pela Grã-Bretanha. Ora, fazendo integrar tropas portuguesas nos exércitos aliados, Portugal adquiria o direito, irrecusável, de participar nas negociações da paz, quando chegasse a hora da rendição. Manuel Monteiro era, pela sua própria posição partidária, um adepto da intervenção. Mas se a intervenção acautelava as colónias, tinha por outro lado os seus custos. Vinha ela resolver, ou agravar, os conflitos sociais?

A verdade é que a 1.ª República, burguesa e parlamentar, jamais desde a implantação tinha conseguido atrair a si o proletariado. Quer nos grandes centros industriais (Lisboa, Porto, Setúbal, Covilhã, etc.), quer nas zonas do latifúndio (mormente no Alentejo e no Ribatejo), a República atacou sempre e violentamente os trabalhadores. A Guarda Nacional Republicana teve exactamente esta missão, ao ser-lhe acometida, como primordial, a defesa da propriedade privada. Os trabalhadores sem terra e os operários que viviam apenas da sua força de trabalho eram considerados os naturais inimigos da ordem social dos proprietários. Só por reivindicar horário de trabalho, em 1915 um trabalhador de Pevidem foi abatido a tiro. Isto para referir apenas um caso na nossa região. A estes conflitos sociais que vinham já do tempo da Monarquia, sucediam agora, em resultado da guerra, as carências de subsistência. Era mesmo a fome que acometia todos quantos não tivessem recursos para se premunirem de reservas alimentares. A especulação dos grandes armazenistas vinha, por sua vez, agravar os preços que subiam em flecha. Por esses motivos, já em 1914 e em 1915 se verificaram um pouco por toda a parte, nomeadamente em Braga e Famalicão, assaltos populares aos estabelecimentos onde se armazenavam géneros alimentícios. Em 1916 mais se intensificaram esses assaltos.

Que significava então, perante a questão social, a formação de um Governo de «União Sagrada» (12 de Março), coligando partidos desavindos da República (o Democrático de Afonso da Costa, e o Evolucionista, de António José de Almeida)? Não representava senão uma aliança de forças da República (o Democrático de Afonso da Costa, e o Evolucionista, de laboriosas um regime de mais trabalho, mais fome e menos liberdade.

Em contrapartida, as associações dos grandes agricultores, dos grandes comerciantes e industriais procuravam controlar cada vez mais as medidas económicas do Governo. Não terá sido por acaso que Manuel Monteiro, ao findar as suas funções de ministro do Fomento, se viu

rodeado por representantes de potentados económicos num jantar de homenagem que teve lugar no Grande Hotel de Itália, no Monte Estoril. Promovido por dirigentes da Associação Industrial, da Associação Comercial e da União da Agricultura, Comércio e Indústria, sobressaíam na mesa individualidades que representavam alguns dos grandes potentados económicos que viriam a dominar durante a ditadura do 28 de Maio, a partir de 1926: o banqueiro Alberto Macieira; Freire de Andrade, o homem dos sabões e da Companhia Portugal e Colónias; Fausto Figueiredo, do Banco Burnay e da futura construção da linha do Estoril; Sousa Lara, enfim, um nome bem conhecido do colonialismo em África, explorador do comércio do café e do algodão de Angola. Ao mesmo tempo que homenageavam o ex-ministro por algumas providências que porventura os tivessem beneficiado, estes homens pensariam por certo valer-se do prestígio político do homenageado para o lançar em novas funções públicas.

Este banquete andava anunciado num jornal da CUF («A Agricultura», 1-1-1916) desde Janeiro, mas só em Abril teve lugar. Talvez não tenha sido fácil convencer Manuel Monteiro a aceitar uma tal homenagem. Mas como furtar-se? A verdade é que, na circunstância, Manuel Monteiro manteve-se cortezmente como era seu timbre. E aos brindes agradeceu a festa, mas sublinhou que não via motivo nem razão para ela, pois no ministério não fizera mais do que cumprir o seu dever («O Século», 10-4-1916). (*anexo n.º 6*)

Incapaz de ferir quem quer que fosse, Manuel Monteiro não entraria em conflito aberto com os correligionários do seu partido, mas furtava-se também ao chamamento dos potentados económicos. Como poderia ele pôr-se ao serviço de interesses que antecipadamente sabia iriam entrar em conflito com os pobres e humildes? Não, isso era também uma nota dominante do seu carácter, o respeito e a defesa dos humilhados e ofendidos.

Foi assim que, no auge do seu prestígio político, numa altura em que a vida nacional o iria arrastar para situações em que ou «por amor dos homens ficaria de mal com el-rei», ou «por amor de el-rei ficaria de mal com os homens», Manuel Monteiro, sem se escusar nunca a servir o país, preferiu no entanto servi-lo de longe, afastado do redemoinho dos interesses contraditórios. Preparou com dignidade a sua discreta retirada, e a 8 de Novembro comunicava à Câmara dos Deputados a renúncia do seu mandato por ter de ausentar-se do país, «afim de desempenhar, em comissão de serviço, o cargo de Juíz nos Tribunais Internacionais do Egipto», para o qual já fora nomeado. (*anexo n.º 7*)

Desde essa altura, Manuel Monteiro nunca mais foi um interventor político. Ausente no Egipto, primeiro em Massurá até 1921, depois em Alexandria, presidente do Tribunal Internacional desde 1930 até à aposentação em 1940, e embora sempre atento e interessado nos negócios da pátria que todos os anos visitava, Manuel Monteiro jamais voltou a desempenhar qualquer função política. A cultura, a contemplação estética dos testemunhos artísticos, a investigação histórica, voltaram a preencher as suas disponibilidades de espírito e as necessidades de comunicação humana.

A sua renúncia ía até à escusa de singelas homenagens. Em 1919 a Câmara Municipal de Braga deliberou por unanimidade que à rua Nova de Santa Cruz, onde ele nascera e havia de morrer, fosse dado o nome de «Dr. Manuel Monteiro». Mas o homenageado recusou, embora sensibilizado com a lisonja da Municipalidade Bracarense: que a simples lembrança dessa iniciativa saldava «com larga generosidade a dívida porventura contraída com aquele a quem a mesma é tributada», e que a mais nada se julgava com direito. De resto, acrescentava ainda: «Rua Nova de Santa Cruz tem uma significação muito expressiva na vida desta cidade e indica para os que estão habituados a observá-la que ela sucedeu à velha artéria calçada de lagedos, à maneira romana, que deste burgo arquiépiscopal conduzia, desde os tempos medievais pelo menos, a Santa Cruz do Monte. Este indículo entre a nomenclatura tradicional das ruas citadinas é bem mais sugestivo do que aquele que agora se pretende impôr». (*anexo n.º 9*)

Em 1923, numa altura de crise política, o nome de Manuel Monteiro ainda voltou à caixa alta de um jornal («Diário de Lisboa», 28-6-1923), lembrado como candidato eventual à Presidência da República. (*anexo n.º 10*) Mas tratava-se de uma lembrança de amigos de Lisboa e Porto, a que o indigitado era estranho.

Depois do seu regresso definitivo à pátria (em 1940, por motivo de doença), em dois momentos testemunhei eu próprio — era então um jovem — a coerência da sua linha política, porém afastado sempre do intervencionismo activo e da promiscuidade com os velhos políticos.

Uma em 1945, no final da 2.ª Grande Guerra. Na sequência da derrota dos exércitos nazi-fascistas que haviam devastado a Europa, em Portugal eclodiu em Outubro o MUD, Movimento de Unidade Democrática. Em Braga realizou-se um comício de apoio às reivindicações de eleições livres. Foi a primeira vez, desde há 19 anos, que as vozes da oposição à ditadura puderam fazer-se ouvir. Desse comício eu era um dos promo-

tores, sem dúvida o mais obscuro e ao mesmo tempo também o mais novo. Pois foi a mim exactamente que Manuel Monteiro enviou de Lisboa um telegrama de adesão e apoio à iniciativa. Não esteve presente, mas também não se manteve indiferente.

Outra vez foi em 1948, ao ser proposta a candidatura do general Norton de Matos à Presidência da República, a primeira candidatura oposicionista a esse elevado cargo.

Os políticos locais do tempo de Manuel Monteiro não acreditavam que ele interviesse no processo. Mas eu propuz-me, com outros amigos, saber dele directamente qual a sua disposição. Pois também não hesitou em subscrever o processo de propositura a entregar no Supremo Tribunal Administrativo.

Creio, pois, poder-se concluir que Manuel Monteiro, um intelectual e político de extracção pequeno-burguesa, nunca pôs em crise a sua fé nos princípios da República, antes procurou servi-la sempre — e através dela servir Braga, que foi a sua e é também a nossa terra. Menos segura terá sido a fé nos homens políticos do seu tempo, e quiçá mesmo do seu partido. Mas encontrava no culto da história e das tradições democráticas a certeza reconfortante que lhe permitia ter confiança no futuro. E era por isso, olhos postos no porvir, que quando descesse dos homens projectava na juventude a sua esperança. Uma juventude que pudesse libertar-se das amarras que eram as contradições da sua República, para nós a defunta Primeira República, parlamentar e burguesa — a República inviável.

ANEXOS

ANEXO N.º 1

Os meus condiscípulos no Liceu de Braga

VII — MANUEL JOAQUIM RODRIGUES MONTEIRO

Que ele me perdoe, se ofendo a sua modéstia, ou se falto à verdade. *In illo tempore* tinha eu boa memória; hoje caco velho, tudo me esquece.

A amizade com o bom e pacato Monteirinho afirmou-se sobretudo na aula do Costinha, à rua de Santa Margarida. Creio já ter dito que podia ter um curso limpo; se não fossem as matemáticas. Foi a única matéria em que o meu acanhado intelecto emperrou, tendo por isso de recorrer aos explicadores. Em Braga tínhamos ao tempo o Costa Lima e o João de Deus para os latins, e o Costinha para a ciência dos números.

Apesar dos avisos de meu tio e dos conselhos do bom senso, ia-se gastando o dinheiro com pouco proveito, porque se cabulava escandalosamente. À esquerda da Rua de Santa Margarida, perto do Senhor de Infias, havia uma moça que vendia castanhas assadas. Era a tentação de todos nós. O Monteiro avesava o seu vintem, e por isso raro dia se passava, sem irmos às castanhas, que por vezes se regavam com vinho do Herdeiro. Resultado: não se liam as lições e o Costinha depois berrava e esbravejava junto à lousa, brandindo a vara nervosamente, sem porém se atrever a poisá-la na nossa rica cabecinha.

Vezes houve em que até se *gaseou*, faltando à aula. Então dava-se um passeio mais largo, para matar o tempo. Ainda me está na lembrança um que demos a Cabanas. Ao chegar ao portão que dá para a quinta, que então era de um *brasileiro* muito simpático chamado Rodrigues, o amigo Monteiro num abrir e fechar de olhos trepou ao cimo do muro que serve de encaixe ao portão de ferro e de lá arengou às turbas que de baixo, boquiabertas, admiravam a eloquência máscula do futuro tribuno e parlamentar.

Afinou-se ainda a nossa amizade com as visitas a um tio que o Manuel Monteiro tinha em Guadalupe, nas primeiras casas depois do Campo Novo. Se não estou em erro, esse tio era marceneiro e dava-se sobretudo ao conserto de carruagens; mas na mesma casa havia uma pequena fábrica de elásticos e nós íamos lá comprá-los para fazer figas. Era muito bom homem, esse tio do futuro Juiz do tribunal internacional do Egipto, que Deus conserve por muitos e bons anos.

Mas tio que nunca esquecerei, foi outro que servia de pai e providencia viva ao Monteiro. Este esteve nos Brasis, e a sua figura modesta captava facilmente as simpatias, porque era homem afável, jovial, e muito educado. O Manuel Monteiro apresentou-me a ele, e encontravamo-nos a cada passo debaixo da Arcada, junto ao Café Faria, onde hoje está o Astória. Essa figura pequenina e simpática ficou-me bem gravada, e se afeição me prendia ao sobrinho, também ao tio professava dedicada e desinteressada estima.

Depois a sorte separou os dois amigos das castanhas e das matemáticas. O Monteiro foi para Coimbra, donde ainda me escreveu algumas cartas a tinta incarnada, documento autêntico das suas ideias republicanas: mas tudo ficou aí, anos e anos se volveram em que parecia haver entre nós *chaos magnum*. Mas não havia, nem há. As almas grandes como a de Manuel Monteiro sabem ver ao longe e ao largo, e a sua amizade não é fogo de palha que qualquer contratempo ou distância neutralise ou inutilise e desfaça. Sobranceiras a ridículas rivalidades e invejas, elas amam-se sem se verem, sem se cartearem, simplesmente porque são irmãs e porque não comungam no mesmo ideal baixo de um torpe interesse ou conveniência. Imaginem pois com que alegria eu recebi um abraço de Manuel Monteiro, já juiz do Egipto, já ex-governador civil, já ex-ministro, na estação do caminho de ferro de Braga, numa das suas visitas anuais; Devia ser aí por 1925 ou 1926.

Oxalá que esse abraço não seja o último!

A. VIEIRA

DR. AFFONSO-AUGUSTO DA COSTA
 Prof. da Universidade e Advogado
 —
 104, 2.º, Rua Sapateiros (Tel. 769)
 LISBOA

6/Julho/912

Meu amigo,

Entendido quanto aos mais.

A sua demissão é atualmente impossível. Nem a decida, nem a comunique sem falarmos. Quando vem a Lisboa? Eu passo no Porto, a caminho de Bragança, no dia 13 à noite. Espero dever-lhe o favor de aceder ao meu instante pedido, com o que muito lpenhorá o

Seu ded.ºº amigo e Correligionário
Affonso Costa

ANEXO N.º 3

A República em Braga

COMO SÃO RECEBIDAS AS NOVAS INSTITUIÇÕES

Sabendo da estada em Lisboa do governador civil de Braga e do administrador d'esse concelho, srs. drs. Manuel Monteiro e Domingos Pereira, fomos procurá-los para os ouvirmos sobre a influência que o novo regímen tenha já exercido ou venha porventura a exercer no meio jesuitico e reaccionário d'aquella terra de beatério. Esses dois funcionários da República, ambos muito novos ainda, mas dotados d'um profundo espírito de reflexão e d'uma grande energia e vontade de bem servir os seus cargos, teem uma das missões mais diffceis, sabendo-se como Braga foi considerada sempre como um fóco da reacção.

Precisa a República de defender-se das influencias perniciosas dos caciques monarchicos e, sobretudo, da acção encoberta dos elementos clericais. Precisa limpar o paiz de toda a corrupção, de toda a infamia, de toda a ignominia que a monarchia deichou pelas repartições publicas. Mas esta necessidade, que é geral em todo o paiz, torna-se urgente e imperiosa em Braga, onde, a não se proceder com toda a energia e decisão, o governo se arrisca a acarretar difficuldades à República, pela manutenção da clientela monarchica e reaccionaria que n'aquella terra ainda hoje é alguma coisa com que se tem de contar. Não há duvida, porém, que, dadas as qualidades do actual governador civil e administrador do concelho e o apoio que

lhes prestará certamente o governo provisório, não deve haver muitos motivos para receios.

Da importancia do trabalho que ha ainda a fazer, poderá avaliar o leitor pelo extracto que damos a seguir da entrevista que tivemos com os dois sympathicos funcionarios republicanos, no hotel de l'Europe, onde se encontram hospedados.

—Podem dizer-me a sua impressão sob a transformação que se vae naturalmente operando em Braga? ...

—Não se pode dizer que tenha sido radical—informa o sr. dr. Maruel Monteiro, com o seu sorriso affavel e o seu ar tranquillo.—Comtudo, é já uma coisa bem differente do tempo da monarchia. Quem dava as cartas ainda ha bem pouco tempo na cidade de Braga e Guimarães era a gente do «blóco». No resto do districto dominava o visconde da Torre. No entanto, como todos estes senhores viviam da influencia politica que lhes vinha dos governos, pode dizer-se que hoje todo o districto repudia a chefia d'esses politicos. O povo recebeu com enthusiasmo a proclamação da Republica e creio bem que, se o governo nos der todo o apoio de que precisamos, não ha de ser difficil fazer d'essa grande parte do Minho um dos districtos mais uteis e proveitosos para a Republica.

A NOVA CAMARA MUNICIPAL EM ACÇÃO MORALISADORA

—Com o espirito de habituar de logo a parte reaccionária da cidade á idéa do novo regimen—acrescenta o dr. Domingos Pereira, que, além de administrador é, conforme a lei, presidente da camara municipal—a camara de Braga mudou logo o nome a varias ruas, passando a chamar-se á praça Hintze Ribeiro praça da Republica, á Avenida João Franco, Avenida da Liberdade, e substituindo n'uma rua o nome de José Luciano pelo de Candido dos Reis.

—Tem sido bem recebida a nova camara municipal?

—Sim senhor—continúa o sr. dr. Domingos Pereira—As camaras anteriores tinham poucos escrupulos, desleixando-se por vezes. A camara republicana impôz-se desde logo pelo seu espirito de moralidade. Assim publica todas as semanas, para ser fiscalizado por quem quizer, um balancete de toda a receita e despeza; começou um inquérito rigoroso aos serviços de todos os pelouros, estuda todos os assumptos principais de interesse publico, como a questão das carnes, a illuminação publica por um processo mais economico, a modificação do actual matadouro, primitivo e pouco hygienico, o *estabelecimento do dia de 8 horas para os seus operários*; também se preocupa muito com o saneamento das ruas e das casas, com o estabelecimento da *tracção electrica*, emfim, tudo quanto possa fazer de Braga uma cidade moderna e interessante, não esquecendo que o *Bom Jesus*, local typico, terá da nova vereação os maiores cuidados, tornando-o n'uma estancia admiravel e apropriando-o às exigencias dos *touristes*.

«Isto não pode ser tudo feito de repente, pois que os primeiros passos teem sido informarmo-nos de tudo o que havia desorganizado. Não nos chega o tempo para inqueritos. Agora andamos nós a tratar do inquerito sobre o *abastecimento das aguas*.

O ADMINISTRADOR DO CONCELHO E OS FRADES E JESUITAS

—E pela administração do concelho?

—Olhe, para lhe dizer resumidamente, basta isto: havia 72 confrarias que já não prestavam contas, algumas há um anno, mas algumas tambem ha quinze annos e mesmo ha vinte! Foram intimadas a vir prestar contas, as da cidade em 48 horas e as de fóra n'um numero de dias proporcional à distancia a que estavam da administração.

—E quanto a padres e jesuitas?

—Fomos ao convento de Montariol, mas só lá encontrámos tres frades; os outros tinham fugido. Porém, depois de intimação nossa, mandaram todos a nota dos domicilios e um d'elles a adhesão á Republica...

«Relativamente aos jesuitas, tambem fomos encontrar o edificio abandonado, encontrando lá apenas um criado idiota. Rebuscámos todos os esconderijos, mas não vimos mais ninguem. Debaixo d'um colchão havia uns cilicios de arame em muito bom estado, vendo-se que não tinham tido uso, bem como umas disciplinas, por certo objectos deixados para explorar o sentimentalismo publico...

COMO SERÁ RECEBIDA A LEI DA SEPARAÇÃO DA EGREJA E DO ESTADO

—E que lhes parece da lei da separação da igreja e do Estado? Que tal será recebida em Braga?

—Creio que não encontramos difficuldades — diz-nos o governador civil — Eu tenho recebido as maiores deferencias do clero secular, tendo sido visitado pelo arcebispo e tendo recebido uma comissão enviada pelo cabido. O fanatismo de Braga não é bem o que se imaginava. Dava-se uma especie de illusionismo, de espirito preconcebido, de prevençãõ; e quem chegava de fóra adaptava-se a esse meio imaginario e fingia-se catholico ferrenho, contribuindo para manter essa ilusão. A Republica tirou-lhes a mascara e viu-se que a respeito de crenças teem todos as dos seus interesses. Não serão esses que porão embaraços á lei da separação.

«*Quanto ao clero minhoto não se importa nada com isso, desde que garantam o seu jantar.* Alguns abbades já mandaram perguntar-me se os seus direitos adquiridos serão respeitados, qual será o criterio da lei de separação. Posso garantir-lhe que todos acceitarão a bem a nova situação, desde que os não prejudiquem economicamente.

BRAGA LUCRARÁ COM A REPUBLICA

—Correrá então tudo bem? Pode, pois, exercer o seu cargo com felicidade?

—Meu caro amigo: estranho a paixões politicas, embora convictamente republicano, eu espero fazer uma politica que sirva primeiro que tudo os interesses da patria e em segundo logar os interesses locais. Entendo que os meios energicos, em harmonia com as medidas radicaes do governo, devem empregar-se, quando não

haja da parte dos governados o acatamento ao *poder constituido, que é exercido com toda a cortezia, toda a benevolencia e e com o mais intenso respeito pelos sentimentos e pelos direitos de cada um.*

«Não ha duvida que Braga e o seu districto são o fôco do espirito de maior rebeldia, conforme se imagina, ao novo estado de coisas; posso, porém, affirmar que as medidas tomadas pelo governo da Republica teem sido acatadas com a mais deferente subordinação e eu tenho esperanza de que os administrados, desde que comprehendam a boa orientação e os bons desejos de que estão possuidas as novas instituições, serão os primeiros a cooperar com o chefe do districto no cumprimento das medidas tomadas e a tomar.

A seguir falam os dois com entusiasmo de todos os melhoramentos que a Republica levará ao Minho, como seja o *caminho de ferro do Alto Minho, ha tanto tempo tão desejado.*

E terminando e despedindo-se ambos de nós, ainda o Dr. Manuel Monteiro nos diz:

— Braga, pela sua situação, no coração de uma região fertilissima, tem condições de progredir como poucas. Nós todos os que a não venderemos a manigancias de politicos a saberemos fazer progredir...

«O Século», Lisboa, 24 Out. 1910.

ANEXO N.º 4

Em defesa da Constituição

O Sr. Dr. Manuel Monteiro, illustrado presidente da Camara dos Deputados, tem estado a coligir os documentos necessarios para instruir la seguinte petição de querela, a qual deve ser hoje entregue ao juiz do 2.º districto criminal:

Exmo. Sr. Juiz do 2.º districto criminal— Manuel Joaquim Rodrigues Monteiro, deputado da nação e presidente da Camara dos Deputados, no gozo pleno dos seus direitos politicos e civis, *requer perante este tribunal procedimento criminal contra o Sr. presidente da Republica, o presidente do ministerio e ministro da guerra Joaquim Pereira Pimenta de Castro, o ministro do interior Pedro Gomes Teixeira, o governador civil de Lisboa Cassiano Neves, o comandante da 1.ª divisão militar João Rodrigues Blanco, o comandante da guarda republicana Ernesto da Encarnação Ribeiro e o comandante da policia civica Tristão da Camara Pestana— todos responsaveis uns como mandantes, outros como executores do crime de atentado contra o livre exercicio de um dos poderes de Estado— o Poder Legislativo— cujo regular funcionamento por elles foi impedido no dia 4 do corrente mês. Pelos factos e fundamentos subsequentemente exactos, com exuberancia se verificará a existencia desse crime, cuja responsabilidade é imputada, nesta petição, ás entidades referidas. Com efeito, na sessão de 11 de janeiro proximo passado, a Camara dos Deputados, sobre proposta do deputado Affonso Costa, tomou a iniciativa do adiamento dos trabalhos parlamentares para o já aludido dia 4 de março, nos termos da alínea f) do artigo 23.º da Constituição (Documento n.º 1). Em virtude desta resolução efectuou-se, no dia imediato, a reunião do Congresso, que aprovou aquella iniciativa nos termos do artigo 11.º da mesma lei fundamental do país. (Documento n.º 2). Assim, findo aquelle*

prazo, as duas Camaras, que formam o Poder Legislativo, teriam de reunir por direito proprio, isto é, sem dependencia de novo aviso dos seus respectivos presidentes, ou de convocação emanada do Poder Executivo. Do conselho de ministros de 24 de fevereiro ultimo resultou, porém, uma nota officiosa, publicada em 25 na imprensa desta cidade, pela qual o governo declarou que tomaria as providencias necessarias para não se efectuar a reunião do Congresso designada para o proximo dia 4. (Documento n.º 3). Todavia nada se concretizou oficialmente, a tal respeito, até que, no dia 2 do mês corrente, o director geral da secretaria do Congresso foi chamado pelo presidente do ministerio para receber instruções, que, aliás, não acatou, sobre o encerramento do palacio dos representantes da Nação, que lhe está confiado. Em face disto e sob a violencia da efectivação da ameaça governamental, o signatario, como presidente da Camara dos Deputados, solicitou com o senador Antonio Xavier Correia Barreto, vice-presidente do Senado em exercicio uma audiência ao Sr. presidente da Republica, chefe do Poder Executivo conforme o art. 34.º da Constituição, a qual foi concedida no dia 3, assistindo a ella tambem os deputados Affonso Costa e Alexandre Braga e o secretario geral da presidencia da Republica dr. Manuel Jose Forbes Bessa.

Feita a exposição dos factos, cuja sintese por escrito se entregou ao chefe do Estado (documento n.º 4) confiavam aquelles que este, havendo recebido a sua alta magistratura do Parlamento e em obediencia ao seu juramento de honra e pelo proprio respeito devido ao seu nobre passado de legislador, tomasse, nos limites das suas atribuições as medidas impostas pelas circunstancias e de que resultasse a absoluta garantia do livre exercicio das funções legislativas. Infelizmente foi inefficaz e frustre a aludida démarche junto de s. ex.ª, que, como chefe do Poder Executivo, podia intervir constitucionalmente para evitar o atentado preconcebido pelo governo, ou aconselhando este a desistir do seu delituoso proposito, ou demittindo-o caso o levasse por diante. Chegando o quarto dia do mês de março que vai correndo, não só, apesar de requisitadas (Documento n.º 5), não foram fornecidas, com argumentos absurdos (Documentos n.ºs 6 e 7), as forças policial e militar para manutenção da ordem e guarda de honra do edificio do Congresso, mas ainda este foi inteiramente cercado pela força armada da guarda republicana e da policia civica, impedindo a entrada aos respectivos funcionarios e, depois, aos senadores e deputados, no cumprimento de ordens superiores, que violenta e arbitrariamente já tinham exigido pela manhã cedo a entrega das chaves da porta principal!!! O signatario constatou com protesto esta brutalidade (Documento n.º 8). É tambem eloquente a este respeito o documento junto sob n.º 9!

Destes factos inauditos, que, perante a Historia, ficarão mordendo e marcando, como ferro em brasa, o nome e a consciencia dos seus autores, se conclue:

1.º Que o Congresso devia reunir por direito proprio no dia 4 do corrente, porquanto os trabalhos parlamentares haviam sido adiados para esta data nos termos da alinea f) do artigo 23.º e do artigo 11.º da Constituição;

2.º Que essa reunião se não effectuou no edificio onde normalmente funcionam as duas camaras legislativas, porquanto pela força publica, obedecendo ás ordens do presidente do ministerio e ministro da guerra, do ministro da interior e seus agentes, foi ali impedido o ingresso não só aos empregados, mas ainda aos legitimos representantes da Nação;

3.º Que annunciando officiosamente o ministerio, alguns dias antes da data fixada, o seu proposito de prohibir o funcionamento do Congresso, o senhor presidente da Republica, como chefe do Poder Executivo, não usou das suas attribuições constitucionais para o evitar, tornando-se pela sua attitude co-autor do crime praticado;

4.º Que, tendo o director geral da secretaria do Congresso por delegação dos presidentes das duas Camaras, requisitado a força armada necessaria para garantir a liberdade do exercicio da função legislativa, a respectiva autoridade militar se recusou a enviá-la, não obstante, pelo § único do artigo 13.º da Constituição, competir a cada uma daquellas o direito de regular a sua policia — direito cujo exercicio, vizando a assegurar a independencia do Poder Legislativo, seria ineficaz sem o auxilio da aludida força armada;

5.º Que por todos estes factos os membros do Poder Executivo e seus agentes, acima citados, opondo-se ao livre exercicio do Poder Legislativo e ao seu regular funcionamento, praticaram o crime previsto no artigo 55.º n.º 3.º da Constituição e definido e punido pela lei n.º 266.º de 27 de julho de 1914, no artigo 6.º n.º 3, artigo 9.º n.º 1 e artigos 14.º e 24.º.

Nestes termos, o requerente, declarado que quer ser parte no processo, confia que v. ex. se dignará ordenar, que, autuada esta pelo escrivão competente, se proceda aos respectivos corpos de delicto e mais termos subsequentes, de harmonia com a citada lei de 27 de julho de 1914.

Testemunhas:

José Maria de Moura Barata Feio Terenas, director geral da secretaria do Congresso.

Pedro Terenas, fiel do palacio do Congresso.

Affonso Lopes Vieira e João Carlos de Melo Barreto, redactores da Camara dos Deputados.

Artur Guilherme Rodrigues Cohen, engenheiro.

Jorge Velez Caroco, capitão de infantaria.

Antonio Xavier Correia Barreto, vice-presidente do Senado.

Affonso Augusto da Costa, deputado.

Alexandre Braga, deputado.

Bernardino Luiz Machado Guimarães, senador.

Manuel José Forbes Bessa, secretario geral da presidencia da Republica.

O participante,

Manuel Joaquim Rodrigues Monteiro

«O Mundo», Lisboa, 10 Mar. 1915.

ANEXO N.º 5

22 Junho 1930 (Paris)

Meu querido Manuel Monteiro

Apezar da *néga*, gostei muito da sua carta de 24 de Maio.

As coisas politicas vão seguindo o seu caminho, surgindo constantemente dificuldades perante os passos da ditadura, de sorte que a queda d'esta é fatal para breve,

embora seja difícil prevêr desde agora em que condições se dará. Ha também grandes perigos do lado colonial, *estando Angola de facto revoltada contra a Metrópole e parecendo que Moçambique se prepara para fazer o mesmo*; — mas esses perigos são geralmente contra todos nós, porque os estrangeiros cúpidos os podem avolumar, e não apenas contra a miseranda ditadura...

Diz-me o meu amigo que em qualquer caso, tem de ficar aí até junho de 1931. É porque completa então o periodo por que foi nomiado

Quanto a férias: Eu vou a Vittel lavar o rim esquerdo (que já me fez 3 pequenissimos cálculos) entre 11 e 31 de julho. Em seguida irei a Londres tratar d'uma questão. E depois procurarei aproximar-me de Portugal, entrando mesmo lá por alguns dias *se me parecer* (não o preguntarei) *que me não enxovalham*.

Conto vê-lo aqui em Paris à sua passagem para férias, que devem começar dentro de alguns dias.

Entretanto, se não vier tão cedo ou não passar por Paris, veja se me diz por carta alguma coisa àcerca do seu programa de férias, a vêr se por algum modo posso encontrá-lo afim de o abraçar, de matar saudades e... de continuar a conversação iniciada na nossa correspondencia quanto ao seu papel no esforço que todos temos de fazer para o levantamento e progresso da nossa Patria sob uma Republica digna deste nome.

Um amigo nosso teve a ocasião de encontrar numa estação uma Senhora da Alexandria M.^{me} *Claridia Vitiades* moradora no Quartier Grego, 4 R. de *Corinthe*.

Parece que o filho se apaixonou avidamente por esta senhora... ou ela por ele. O pai está aterrado. Tem medo de complicações, *d'envoutement*, de tragédias, de suicidios...

Que lhe parece? Conhece a dama? Que perigos poderá haver e como evita-los?

O pai em questão (que não sou eu) quer guardar o incognito, mas, se fôr preciso, dir-lhe-hei a si o nome. Com mtos. cumpr. de todos nós, aceite um apertado abraço do seu amigo muito dedicado e saudoso,

Affonso Costa

ANEXO N.º 6

Justa homenagem

O ALMOÇO OFERECIDO HONTEM AO PRESIDENTE DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Sabe-se como foi proficua e inteligente a obra do Sr. Dr. Manuel Monteiro, illustre presidente da camara dos deputados, quando ministro do fomento. Foi reconhecendo essa obra que um numeroso grupo de comerciantes, industriais e agricultores lhe ofereceu hontem no Gronde Hotel de Italia, no Mont'Estoril, um almoço de homenagem que decorreu muito animado, sendo notavel pela categoria de individuos que a ele concorreram e colectividades que se fizeram representar.

Assim entre os convivas, que foram cerca de 80, assistiram os srs. Freire de Andrade, Lisboa de Lima, Carlos Gomes, Sousa Lara, Alberto Macieira, Fausto de Figueiredo e Lourenço da Silveira, representantes da Associação Industrial, da União da Agricultura, Comércio e Indústria e Associação Comercial, administrador do concelho de Cascaes, representantes do Centro Almirante Reis e camara municipal do mesmo concelho e do Instituto Superior do Comércio, etc.

Ao Champagne trocaram-se efusivos brindes: Iniciando-os os srs. Freire d'Andrade, Lisboa de Lima, Carlos Gomes e Sousa Lara, presidente da Associação Comercial, enaltecendo todos a inteligencia e boa vontade com que o sr. dr. Manuel Monteiro sempre procurou, quando ministro do fomento, desempenhar-se do seu espinhoso cargo, interessando-se pelos problemas económicos, comerciais e industriais, os que mais de perto dizem respeito ao desenvolvimento do paiz, e procurando para a sua resolução o auxilio e o conselho das forças vivas da nação.

A estes brindes, entusiasticamente correspondidos, e a que muitos outros se seguiram, respondeu o sr. dr. Manuel Monteiro, principiando por brindar ao sr. presidente da Republica, de quem acabava de receber um efusivo telegrama de saudação. Agradeceu em seguida aquela festa, para a qual não via motivo nem razão, reputando já esquecida a sua obra dentro do ministerio do fomento, onde não fizera mais do que cumprir o seu dever. Para ali fôra chamado, após um grave movimento revolucionário, não discutindo se devia ou não aceitar a pasta que lhe ofereciam e que sobraçou acto continuo como saldado disciplinado do seu partido. E logo procurou o apoio de colectividades que indispensavelmente devem ser íntimas colaboradoras de quem quer que n'este paiz tenha de ser ministro do fomento. Descreve em seguida como essa colaboração foi leal e devotadamente prestada, e, por ultimo, tendo para cada um dos que por ele brindaram as mais amaveis referencias, concluiu o seu brilhantissimo discurso exprimindo mais uma vez a sua gratidão por tão significativa e espontânea homenagem.

«O Século», Lisboa, 10 Abr. 1916.

ANEXO N.º 7

REPUBLICA PORTUGUESA
CAMARA DOS DEPUTADOS

—
PRESIDENCIA

Ex.^{mo} Senhor

Tendo de ausentar-me do paiz, afim de desempenhar, em Comissão de serviço, o cargo de Juiz nos Tribunais Internacionais do Egipto para o qual já fui nomeado, venho, antes de seguir para tomar a respectiva posse, depôr nas mãos de V. Ex.^a a renuncia do logar de deputado.

Saude e Fraternidade

Lisbôa 8 de Novembro de 1916

Manuel J. R. Monteiro

CAMARA MUNICIPAL DE BRAGA
Secretaria

Ex.º Sñr. Dr. Manoel Joaquim Rodrigues Monteiro

Braga

É-me summamente grato participar a V. Ex.ª que a Comissão Executiva da Camara Municipal de Braga, a que tenho a honra de presidir, deliberou em sua sessão de 5 do corrente, com aplauso unanime e calorôso de todos os colegas e por propôsta do vogal da mesma Ex.º Sñr. Francisco da Costa Soares, que á rua Nova de Santa Cruz lhe fôsse dado o nome do «Dr. Manoel Monteiro» em homenagem aos relevantes serviços prestados por V. Ex.ª d'esde longe á nossa querida terra.

Com os mais profundos e respeitosos votos da minha alta estima e consideração, desejo-lhe muita

SAUDE E FRATERNIDADE

Braga 6 de Setembro de 1919.

O Presidente da Comissão Executiva,

ANEXO N.º 9

Venho agradecer a V. Ex.ª e á Camara Municipal de Braga da muito digna Presidencia de V. Ex.ª a honra conferida a obscuridade do meu nome destinado a substituir a actual indicação da rua em que eu nasci e tenho vivido afim de consagrar, em homenagem perene, os serviços prestados por mim a esta cidade, minha terra natal.

Desvanece-me sobremaneira a resolução da Camara Municipal de Braga a que V. Ex.ª tão dignamente preside pelo que ella envolve e traduz de reconhecimento pela minha dedicação, pelo meu trabalho, pelo esforço constante do meu valimento pessoal e político em favor d'esta cidade.

É tão raro o culto da justiça que é para agradecer com louvor àqueles que o praticam.

Assim lisongeia-me e penhorantemente me sensibilisa a manifestação da Municipalidade Bracharense.

Mas a gratidão exarada por uma forma inequívoca, assim como vem de o fazer esta illustre collectividade, salda com larga generosidade a divida porventura contrahida com aquelles a quem a mesma é tributada. A nada mais me julgo com direito e portanto venho rogar a V. Ex.ª que a iniciativa do prestante cidadão e vereador Ex.º Sr. Francisco da

Costa Soares unanimemente perfilhada por V. Ex.^a e dignos collegas não tenha realização effectiva conservando-se à rua N. de Sta. Cruz este antigo nome que agora se pretende substituir pelo meu.

Rua Nova de Santa Cruz tem uma significação muito expressiva na vida d'esta cidade e indica para os que estão habituados a observá-la que ella succedeu á velha arteria calçada de lagedos, á maneira romana, que d'este burgo archiepiscopal conduzia, deste os tempos medievais pelo menos, a Santa Cruz do Monte.

Este indiculo entre a nomenclatura tradicional das ruas citadinas è bem mais suggestivo do que aquelle que agora se pretende impôr.

N'estas circumstancias venho rogar a V. Ex.^a e á Comissão Executiva do Municipio Bracarense, honrosamente presidida por V. Ex.^o que, aceitando os mais vivos protestos do meu agradecimento pela deliberação de cinco do corrente, se dignem sobreestar na sua effectivação conservando o nome de Rua Nova de Santa Cruz á arteria do extremo oriental da cidade que liga esta com a estrada do Bom Jesus.

Assim, o dever moral a que a Municipalidade de Braga porventura se julgasse obrigada para comigo fica cumprido tornando-se por isso crêdora da minha mais fervorosa bemquerença com a mais alta consideração.

(Minuta da carta dirigida por M. Monteiro à C. M. de Braga, em Set. 1919).

ANEXO N.º 10

« TERTIUS - GAUDET » ?

Um novo candidato à presidência da República Manuel Monteiro

Hora do Chiado. Sol. A parte dos Martires ha um altar de cravos vermelhos e brancos, como escadaria majestosa, novelesca de Trinitá dei Monte. Ao pé das flores está o alfarrabista, e ao pé do alfarrabista, a manusear um velho tratado de economia, que ninguém leu — o deputado sr. Pina de Moraes.

— Então de política?

A pergunta fê-la o deputado. O jornalista não sabe outra cousa de politica, senão isto:

— De politica, diz-se que o actual governo vai ser decretado vitalicio ...

Volta o deputado:

— O Silva, ao menos, tem aturado todas as maçadas do poder, e diga-se o que se disser, tem ajudado a manter uma certa ordem nisto tudo.

— Acha então?

— Não acho nada. O Silva governa como sabe e pode, e para encarar as situações, peor ou melhor não espera que lhe preparem o caminho ...

Isto é pouco mais ou menos. Passou uma mulher do povo, com uma linha altiva e desempenada, tirada de um figurino grego, e um belo sorriso cristão na sua face morena. Houve um desvio. Vieram os quadros das romarias do Norte, com a alegria das mulheres e a policromia dos trajes garridos, que uma lenta tristeza de côres começa a vencer, como um pessimismo.

Mas voltamos. E a presidencia da Republica.

—Vai ver que vai o dr. Bernardino Machado ...

Resposta:

—É possível. Estou a ver que é possível ... Ha muito pouco por onde escolher.

—Mas o dr. Teixeira Gomes ...

—Começa a estar posto de parte. É uma pessoa distinta afastada da vida portuguesa. Um pouco descrente — como dizia Leote do Rego.

Ali, junto ás flores e as hervas fez-se o elogio do almirante, que minutos depois ia a enterrar.

Agora o sr. Pina de Moraes, que é um politico sincero, e um vibrante espirito de português leal, cavaleiro e poeta, diz-nos, um pouco com o receio da surpresa.

—Eu tenho uma candidatura aceitável á presidencia.

—Qual é?

—Um nome pouco lembrado. Uma figura republicana e de prestígio pessoal.

—Um *tertius gaudet*?

—Poderia ser. O nome do sr. dr. António Luís Gomes, aliás respeitável, não reúne simpatias e requisitos suficientes.

—Quem é o seu candidato?

—O dr. Manuel Monteiro.

—O que foi presidente da Camara.

—Certamente. Que é juiz num Conselho Internacional no Tribunal do Egipto. Pessoa de saber, prudente, correcto, fino, com uma lucida inteligencia, capaz de absorver de rapido o estado actual da nossa politica. Não deve estar desnacionalizado, como tantos nomes lá de fora e que se aventam ...

—Mas a lembrança é apenas sua

—Sim, e não. Na Camara só uma ou outra vez ouvi falar do seu nome. Mas fora do Parlamento outras pessoas se têm lembrado. No Porto, principalmente.

—E estava ele disposto a aceitar?

—Já se perguntou aos outros candidatos se estavam dispostos a aceitar? Bem vê. Se houvesse uma forte corrente ...

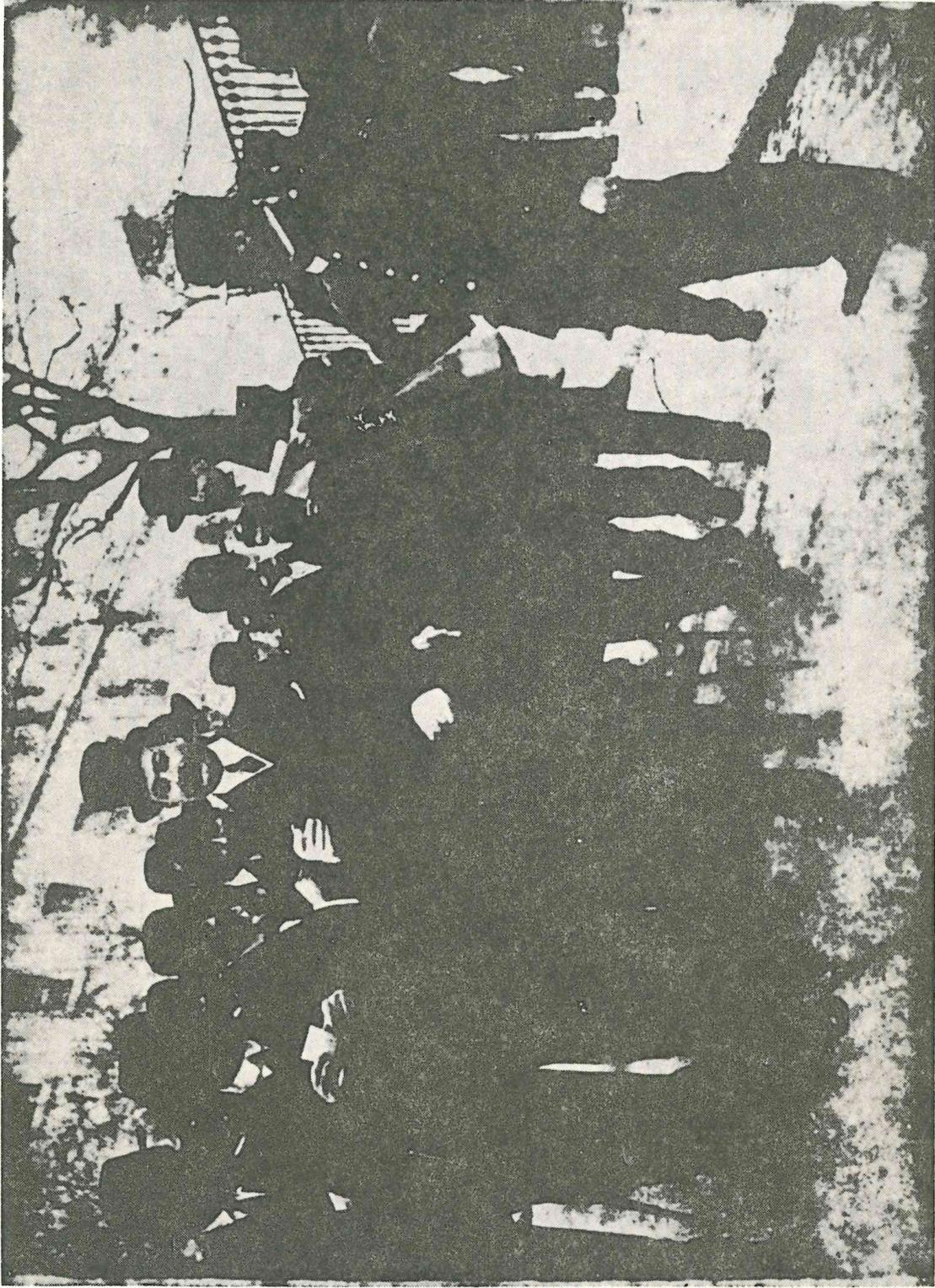
—E haverá?

—Não creio. A menos que outras vontades se ligassem á minha, que é isolada e não pretende fazer carreira. O que lhe digo é que o seu nome fosse apresentado, esse seria o meu candidato. O dr. Bernardino Machado tem no país muitos admiradores, mas nem toda a nação gosta dele. Não se pode abstrair de certas realidades. «Tem uma especie de calistagem. Dá revolução.» — diz-se. Em todo o caso. para a actual situação, o antigo Presidente tem grandes probabilidades.

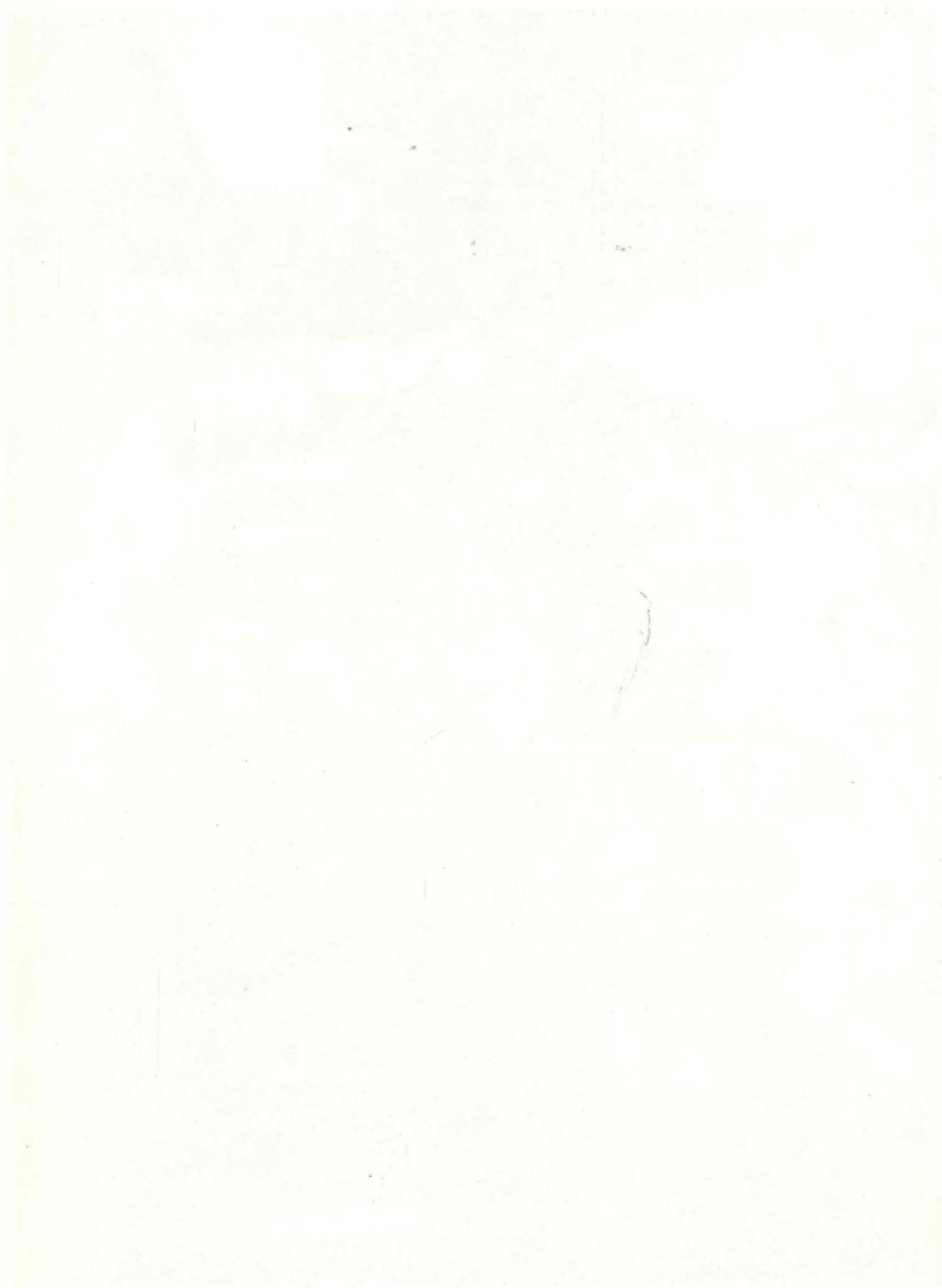
E aqui ficou a conversa com o ilustre literato, militar brioso, politico serio e um dos espiritos mais nobres da geração moça e vivaz do nosso tempo.



Manuel Monteiro (c. 1910)



Manuel Monteiro prestando declarações à imprensa, após a proibição da reunião da Câmara dos Deputados em S. Bento (4 de Março de 1915)



Composição e impressão:
Oficinas Gráficas da Livraria Editora Pax, Limitada
Rua do Souto, 75 — Braga (Portugal)



biblioteca
municipal
barcelos



8703

Manuel Monteiro ou a
República inviável